

10/maio/2023

À: T4F Entretenimento S.A.

À atenção dos(as) Administradores(as) e Acionistas

Prezados(as) senhores(as),

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as informações contábeis trimestrais, individuais e consolidadas, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2023 da T4F Entretenimento S.A., acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente.

Atenciosamente,

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Sócio

T4F Entretenimento S.A.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis trimestrais (ITR)

Em 31 de março de 2023



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis trimestrais (ITR)	3
Informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2023	11

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR)

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos(às) Administradores(as), Conselheiros(as) e Acionistas da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “*Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade*” e ISRE 2410 “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativos

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 22 de março de 2023. A revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2022, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão sobre aquelas informações trimestrais, sem modificações, em 12 de maio de 2022.

São Paulo, 10 de maio de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	101.746	116.671	172.929	180.011
Aplicações financeiras		2.787	2.702	2.787	2.702
Contas a receber	9	46.028	44.835	193.464	76.082
Estoques	10	516	514	9.146	1.721
Tributos a recuperar	11	40.534	21.814	49.472	31.230
Adiantamentos a fornecedores	12	6.301	1.057	12.240	2.949
Custos antecipados	13	8.715	19.026	10.835	20.493
Outras contas a receber		1.010	294	1.113	382
Total do ativo circulante		207.637	206.913	451.986	315.570
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras		2.787	2.702	2.787	2.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	46.946	46.943	49.834	49.040
Tributos a recuperar	11	11.923	23.024	11.923	23.024
Depósitos judiciais	23.3)	10.709	10.784	12.186	12.243
Custos antecipados	13	747	747	747	747
Partes relacionadas	14	54.925	53.420	10.739	11.082
Total do realizável a longo prazo		128.037	137.620	88.216	98.838
Investimentos					
Ágio na aquisição de investimentos	15.a)	93.730	81.674	-	-
Imobilizado	15.b)	80.933	80.933	-	-
Bens de direito de uso	16.a)	1.466	1.598	5.544	5.117
Intangível:	16.d)	5.364	5.988	5.486	6.135
Ágio na aquisição de investimentos	15.b)	-	-	80.933	80.933
Outros intangíveis	16.c)	4.933	4.921	6.931	6.602
Total do ativo não circulante		314.463	312.734	187.110	197.625
TOTAL DO ATIVO		522.100	519.647	639.096	513.195

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	101.809	15.196	268.919	61.118
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	45.332	41.966	45.332	41.966
Passivo de arrendamento	19	6.169	6.223	6.261	6.320
Salários, provisões e encargos sociais		6.682	5.496	7.613	6.390
Impostos e contribuições a recolher	20	11.744	5.510	19.266	10.051
Adiantamentos de clientes	21	36.501	151.251	37.331	154.462
Outras obrigações		752	752	1.473	1.259
Total do passivo circulante		208.989	226.394	386.195	281.566
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	40.000	40.000	40.000	40.000
Passivo de arrendamento	19	2.562	3.428	2.590	3.483
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	30.387	29.460	49.888	49.207
Provisão para perdas em investimentos em controladas	15.a)	42.021	45.483	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	-	-	2.055	1.461
Impostos e contribuições a recolher	20	22.070	21.995	22.605	22.782
Partes relacionadas	14	45.321	41.002	-	-
Outras obrigações		366	366	366	366
Total do passivo não circulante		182.727	181.734	117.504	117.299
Total do passivo		391.716	408.128	503.699	398.865
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		243.022	243.022	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações		(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Reserva de reavaliação	16.b)	169	174	169	174
Prejuízo acumulado		(160.646)	(172.438)	(160.646)	(172.438)
Outros resultados abrangentes		57.504	50.426	57.504	50.426
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		130.384	111.519	130.384	111.519
Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.013	2.811
Total do patrimônio líquido		130.384	111.519	135.397	114.330
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		522.100	519.647	639.096	513.195

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
RECEITA LÍQUIDA	25	193.494	153.912	243.936	178.133
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	26.b)	(179.573)	(131.916)	(206.661)	(148.702)
LUCRO BRUTO		13.921	21.996	37.275	29.431
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	26.a)	(283)	(125)	(486)	(222)
Gerais e administrativas	26.a)	(7.230)	(6.700)	(10.028)	(9.923)
Remuneração dos administradores	14.2 e 26.a)	(1.034)	(976)	(1.125)	(1.041)
Equivalência patrimonial	15	8.440	(1.884)	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	29	97	(1.407)	149	(451)
LUCRO OPERACIONAL		13.911	10.904	25.785	17.794
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	28	(5.442)	(5.107)	(5.662)	(5.293)
Receitas financeiras	28	3.255	4.063	6.099	4.060
Variação cambial e monetária, líquida	28	59	(3.602)	(10.252)	(9.681)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		11.783	6.258	15.970	6.880
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	30.a)	-	-	(1.849)	(121)
Diferido	30.c)	4	5	(177)	(123)
LUCRO DO TRIMESTRE		11.787	6.263	13.944	6.636
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				11.787	6.263
Acionistas não controladores				2.157	373
				13.944	6.636
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	36			0,1748	0,0929

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

LUCRO DO TRIMESTRE

Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:

Variação cambial na conversão de operações no exterior

Total do resultado abrangente do trimestre

Total do resultado abrangente do trimestre atribuível a:

Acionistas controladores

Acionistas não controladores

Controladora		Consolidado	
31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
11.787	6.263	13.944	6.636
7.078	(3.194)	7.078	(3.194)
18.865	3.069	21.022	3.442
		18.865	3.069
		2.157	373
		21.022	3.442

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de retenção de lucros / Prejuízos acumulados	Lucro do trimestre				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	243.022	(9.665)	377	(513)	200	(161.263)	-	62.775	134.933	151	135.084
Pagamentos baseado em ações	-	-	(377)	-	-	377	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(7)	7	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	-	-	-	513	-	(513)	-	-	-	-	-
Lucro do trimestre	-	-	-	-	-	-	6.263	-	6.263	373	6.636
Outros resultados abrangentes -											
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(3.194)	(3.194)	189	(3.005)
Resultado abrangente total do trimestre	-	-	-	-	-	-	6.263	(3.194)	3.069	562	3.631
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	243.022	(9.665)	-	-	193	(161.392)	6.263	59.581	138.002	713	138.715
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	243.022	(9.665)	-	-	174	(172.438)		50.426	111.519	2.811	114.330
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(5)	5	-	-	-	-	-
Lucro do trimestre	-	-	-	-	-	-	11.787	-	11.787	2.157	13.944
Outros resultados abrangentes -											
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	7.078	7.078	45	7.123
Resultado abrangente total do trimestre	-	-	-	-	-	-	11.787	7.078	18.865	2.202	21.067
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	243.022	(9.665)	-	-	169	(172.433)	11.787	57.504	130.384	5.013	135.397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/03/23	Controladora 31/03/22	Consolidado 31/03/23	Consolidado 31/03/22
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro do trimestre		11.787	6.263	13.944	6.636
Ajustes para reconciliar o lucro do trimestre com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	15	(8.440)	1.884	-	-
Depreciação e amortização	26.b)	1.087	1.094	1.454	1.463
Ganho ou perda com investimentos		(170)	(124)	(170)	(124)
Valor residual de ativos imobilizado e intangível baixados		9	13	9	214
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4)	(5)	(13)	123
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		3.054	8.406	(7.821)	3.641
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	73	1.991	2.834	4.174
Efeito de economias hiperinflacionárias		-	-	3.850	2.076
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(1.193)	(30.448)	(119.000)	(46.025)
Estoques		(2)	(536)	(7.462)	(8.017)
Impostos a recuperar		(7.619)	(3.697)	(8.016)	(3.653)
Adiantamentos a fornecedores		(5.244)	(907)	(9.241)	(2.475)
Outras contas a receber		(716)	7	(746)	(5.787)
Depósitos judiciais		75	(67)	57	(115)
Custos antecipados		10.311	(1.686)	9.451	(1.535)
Fornecedores		86.613	82.349	212.529	113.412
Impostos e contribuições a recolher		6.309	6.405	9.684	6.874
Salários, provisões e encargos sociais		1.186	180	1.331	292
Adiantamentos de clientes		(114.750)	(97.983)	(116.575)	(97.615)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	23.4)	(202)	(259)	(202)	(289)
Outras obrigações		-	(3.952)	201	(3.860)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(17.836)	(31.072)	(13.902)	(30.590)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado e intangível	16	(143)	(480)	(1.306)	(686)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(143)	(480)	(1.306)	(686)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Partes relacionadas		3.370	(134)	3.325	(413)
Pagamento de passivos de arrendamento	19	(1.264)	(851)	(1.302)	(877)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		2.106	(985)	2.023	(1.290)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		948	(8.366)	8.567	(3.478)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		-	-	(2.464)	(179)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14.925)	(40.903)	(7.082)	(36.223)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do trimestre		116.671	188.233	180.011	217.410
No final do trimestre		101.746	147.330	172.929	181.187
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		(14.925)	(40.903)	(7.082)	(36.223)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
RECEITAS				
De serviços e produtos	202.132	161.667	255.313	187.023
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(177.791)	(130.147)	(201.982)	(145.348)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.022)	(7.435)	(6.588)	(10.465)
Recuperação (perda) de valores ativos	31	(9)	20	(211)
VALOR ADICIONADO BRUTO	20.350	24.076	46.763	30.999
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.087)	(1.094)	(1.454)	(1.463)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	19.263	22.982	45.309	29.536
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	15.331	10.396	9.300	12.257
Receitas financeiras	6.761	4.063	9.022	4.060
Resultado de equivalência patrimonial	8.440	(1.884)	-	-
Outras receitas	130	8.217	278	8.197
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	34.594	33.378	54.609	41.793
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	3.873	3.149	5.424	4.229
Remuneração direta	3.093	1.928	4.316	2.584
Benefícios	644	1.086	945	1.507
FGTS	136	135	163	138
Impostos, taxas e contribuições	9.779	7.828	14.688	9.214
Federais	1.121	298	4.208	803
Estaduais	-	-	1.222	739
Municipais	8.658	7.530	9.258	7.672
Remuneração de capitais de terceiros	9.155	16.138	20.553	21.714
Juros, variação cambial negativa e monetária	8.434	16.229	18.376	20.640
Aluguéis	721	(91)	793	(74)
Outras	-	-	1.384	1.148
Remuneração de capital próprio	11.787	6.263	13.944	6.636
Lucro do trimestre	11.787	6.263	11.787	6.263
Participação dos acionistas não controladores	-	-	2.157	373
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	34.594	33.378	54.609	41.793

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Contexto operacional

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de maio de 2023.

b) outras informações relevantes

Após a 8ª edição do festival Lollapalooza realizado em 24, 25 e 26 de março de 2023 a Companhia encerrou com êxito, em 29 de março, a parceria com a C3 Presents, detentora da marca.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As informações financeiras trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

a) As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações financeiras intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR. Essas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

c) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Outros ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº 16.a). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

g) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial.

h) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

i) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº 16.c). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

j) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil indefinida, quando uma perda do valor recuperável para ágio é reconhecida, essa perda não poderá ser revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida imediatamente no resultado.

l) Outros passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

m) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

m.i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Em razão do PERSE, a Companhia amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia informa que no período de 60 meses, contados do efeito da lei, ficam reduzidas a zero as alíquotas de IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas das atividades de eventos da Companhia.

q) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

r) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".
- iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

s) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

t) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativos de contrato e outros créditos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivo ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

u) Consolidação

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis do Grupo e suas controladas em 31 de março de 2023. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há a presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

v) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

v.i) Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

v.ii) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

v.iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3.k.). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 23). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

d) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Até 31 de março de 2023, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

6. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	31/03/23	31/12/22		31/03/23	31/12/22
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 e a receita líquida dos trimestres de 2023 e de 2022:

Controladas:	31/03/23			31/12/22		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	354	2.501	-	351	2.415	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.424	36.348	2.923	3.408	34.063	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	32.050	13.434	13.899	12.308	1.017	14.169
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	97.030	45.935	15.254	94.319	45.085	5.968
T4F USA Inc.	4.546	9	-	4.606	6	-
Ticket Co. SpA	14.962	6.493	1.366	14.001	5.181	269
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	6.938	12.754	-	7.097	12.941	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	242	916	870	5	1.641	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	8.064	14.850	6.060	6.974	14.596	1.171
IT.ART Tecnologia Ltda.	140.658	122.303	10.501	26.337	13.456	2.657

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), T4F Chile S.A. (0,0005%) e Promaser S.A (100%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- IT.Art Tecnologia S.A (“INTI”) - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Caixa e bancos	11.562	16.929	22.732	32.159
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa ^{(i) (iii)}	70.100	68.328	103.708	101.841
Certificado de Depósito Bancário - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	19.231	29.609	28.727	42.113
Operação compromissada - DI ⁽ⁱⁱ⁾	853	1.805	17.762	3.898
Total	101.746	116.671	172.929	180.011

(i) Na controladora, este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público e Privados.

(ii) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 1800 dias, remunerados em ambos os períodos por taxas médias de 95,5% a 104% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

(iii) Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor. Nas controladas da Argentina, aplicações realizadas através de um agente de investimento em carteiras

8. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 22). Em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 não há valor restrito em caixa na controladora e no consolidado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Clientes faturados	38.243	5.360	57.110	13.465
Bilheteria	7.785	39.475	140.574	67.060
Patrocínios a faturar	-	-	176	152
Total das contas a receber	46.028	44.835	197.860	80.677
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.396)	(4.595)
Total	46.028	44.835	193.464	76.082

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
A vencer:	12.542	44.294	141.418	62.965
Vencidas:				
Até 30 dias	33.397	147	51.503	12.544
De 31 a 60 dias	4	-	25	5
De 61 a 90 dias	-	394	33	568
De 91 a 180 dias	85	-	208	24
Há mais de 180 dias	-	-	4.673	4.571
Total das contas a receber	46.028	44.835	197.860	80.677

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Saldos inicial	-	572	4.595	6.933
(+) Adições	-	-	129	2
(-) Reversões e baixas	-	(572)	(328)	(2.340)
Saldos final	-	-	4.396	4.595

10. ESTOQUES

10.1. Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Merchandise	146	146	415	415
Ingressos	22	22	345	365
Material de consumo	1	1	87	116
Alimentos	116	116	875	126
Bebidas ⁽ⁱ⁾	231	229	7.547	699
Estoques em trânsito	-	-	(123)	-
Total das contas a receber	516	514	9.146	1.721

(i) A variação relevante se deu pela maior quantidade de conteúdos promovidos no trimestre.

10.2. Movimentação dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Saldos inicial	514	115	1.721	727
Adições	2	605	11.412	8.539
Baixas	-	(206)	(3.987)	(7.545)
Saldos final no semestre	516	514	9.146	1.721

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
IRPJ/CSLL - antecipações	10	-	119	810
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	11.150	10.977	12.565	12.638
Programa de Integração Social - PIS	3.988	2.726	4.130	2.837
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18.126	12.349	18.760	12.839
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.683	4.471
Imposto sobre faturamento	-	-	610	717
Impostos federais a recuperar ⁽ⁱ⁾	19.183	18.786	20.528	19.942
Total	52.457	44.838	61.395	54.254
Circulante	40.534	21.814	49.472	31.230
Não Circulante	11.923	23.024	11.923	23.024

(i) Refere-se substancialmente a impostos sobre pagamento de cachês.

A variação relevante se deu pela maior quantidade de conteúdos promovidos no trimestre.

12. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	6.269	1.029	12.059	2.804
Outros	32	28	181	145
Total	6.301	1.057	12.240	2.949

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

13. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Eventos, shows e espetáculos contratados	5.254	15.685	6.927	16.687
Outros	4.208	4.088	4.655	4.553
Total	9.462	19.773	11.582	21.240
Circulante	8.715	19.026	10.835	20.493
Não Circulante	747	747	747	747

A variação relevante se deu pela maior quantidade de conteúdos promovidos no trimestre.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

14. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

14.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:	Categoria	31/03/23			31/12/22		31/03/22
		Ativo não circulante	Passivo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V. ⁽ⁱ⁾	Acionista	10.691	-	-	10.691	-	243
Metropolitan Empreendimentos S.A. ^(v)	Controlada	31.653	-	-	30.022	-	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	5.069	-	1	-	-
T4F Chile S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Controlada indireta	-	34.606	469	-	35.076	5.293
Promaser S.A.	Controlada indireta	331	-	-	331	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. ^(vi)	Controlada	4.798	-	(48)	4.845	-	(706)
T4F Inversiones S.A.	Controlada	-	1.255	34	-	1.289	208
T4F USA Inc. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Controlada	-	4.391	55	-	4.446	673
T4F Entretenimientos Peru S.A.C. ^(iv)	Controlada	7.452	-	(79)	7.530	-	(1.135)
IT.ART Tecnologia Ltda.	Controlada	-	-	-	-	191	(5)
Total		54.925	45.321	431	53.420	41.002	4.571

Consolidado:	Categoria	31/03/23		31/12/22		31/03/22
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	
CIE Internacional S.A. de C.V. ⁽ⁱ⁾	Acionista	10.567	-	10.910	-	243
Outras partes relacionadas		172	-	172	-	-
Total		10.739	-	11.082	-	243

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia celebrou empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 8.000 mil. Após amortizações em maio de 2012 e outubro de 2012, o valor do montante passou a ser US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700 mil. Após amortização em agosto de 2017, o valor do montante passou a ser US\$660 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Peru S.A.C assinado em junho de 2016 no montante de US\$ 2.200 mil atualizado anualmente por juros de 7,6%. Após amortização em outubro de 2016, o montante passou a ser de US\$ 639 mil. Em abril de 2017, a Companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 mil atualizado anualmente a taxa de LIBOR e por juros de 3%. Após amortização em julho do mesmo ano o montante passou a ser de US\$ 550 mil.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu da controladora para custos de operação.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A. em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500 mil atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4%. Após amortização em abril de 2019 e em agosto de 2020, o valor do montante passou a ser de US\$ 792 mil.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

14.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Remuneração				
Conselho de Administração	162	162	162	162
Diretores estatutários	872	814	963	879
Total	1.034	976	1.125	1.041

Em 31 de março de 2023 a remuneração variável dos administradores na controladora e no consolidado foi de R\$ 46 (Em 31 de março de 2022 não houve remuneração variável na controladora e no consolidado).

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de março de 2023

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(2.147)	(83)	99,99	(83)	(2.147)	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(28.924)	1.731	99,99	1.731	(28.924)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(6.786)	787	98,29	787	(6.786)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	18.616	7.324	99,99	7.324	-	18.616
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.095	(4.902)	100,00	(4.902)	-	51.095
T4F USA Inc.	4.537	60	100,00	60	-	4.537
Ticket Co. SpA.	8.469	(761)	100,00	(761)	-	8.469
T4F Entretenimientos Peru S.A.C.	(5.816)	(82)	60,00	(49)	(3.490)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(674)	1.047	100,00	1.047	(674)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	18.355	5.475	60,00	3.286	-	11.013
Total				8.440	(42.021)	93.730

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a.2) 31 de dezembro de 2022

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(2.064)	(243)	99,99	(243)	(2.064)	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(30.655)	(3.211)	99,99	(3.210)	(30.655)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(7.622)	909	98,29	909	(7.622)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	11.291	9.212	99,99	9.211	-	11.292
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	49.234	(11.063)	100,00	(11.063)	-	49.234
T4F USA Inc.	4.600	172	100,00	172	-	4.600
Ticket Co. SpA.	8.820	371	100,00	371	-	8.820
T4F Entretenimientos Peru S.A.C	(5.844)	(101)	60,00	(60)	(3.506)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.636)	(161)	100,00	(161)	(1.636)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	12.881	6.686	60,00	4.012	-	7.728
Total				(62)	(45.483)	81.674

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de março de 2023 e de 2022.

	Controladora 31/03/23	Controladora 31/03/22
Saldo inicial do investimento líquido	36.191	48.602
Equivalência patrimonial	8.440	(1.884)
Varição cambial na conversão de investimentos no exterior	7.078	(3.194)
Saldo final do investimento líquido	51.709	43.524
Provisão para perdas em investimentos em controladas	42.021	40.272
Saldo final do investimento	93.730	83.796

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Metropolitan Empreendimentos S.A.	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável	(26.017)	(26.017)	(26.017)	(26.017)
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
Total	80.933	80.933	80.933	80.933

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos são baseados em projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, embasados em orçamentos operacionais aprovados pela administração para um período de cinco anos, além de expectativas de mercado disponibilizadas por fontes públicas reconhecidas e consideradas confiáveis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

16. IMOBILIZADO, OUTROS INTANGÍVEIS E BENS DE DIREITO DE USO

a) Imobilizado

i) Composição do imobilizado

		Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Custo reavaliado:					
Terrenos		-	-	2.153	2.167
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		23.736	23.736	51.939	51.192
Móveis e utensílios		2.066	2.066	3.574	3.514
Máquinas e equipamentos		4.310	4.309	5.189	5.168
Equipamentos de processamento de dados		2.494	2.765	7.414	7.495
Estruturas		152	1.038	152	1.038
Veículos		442	442	442	442
Total		33.200	34.356	70.863	71.016

		Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	17	(23.501)	(23.478)	(50.194)	(49.999)
Móveis e utensílios	10	(1.795)	(1.782)	(3.284)	(3.207)
Máquinas e equipamentos	9	(3.538)	(3.502)	(4.291)	(4.229)
Equipamentos de processamento de dados	19	(2.307)	(2.547)	(6.957)	(7.015)
Estruturas	23	(151)	(1.007)	(151)	(1.007)
Veículos	20	(442)	(442)	(442)	(442)
Total		(31.734)	(32.758)	(65.319)	(65.899)

		Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	2.153	2.167
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		235	258	1.745	1.193
Móveis e utensílios		271	284	290	307
Máquinas e equipamentos		772	807	898	939
Equipamentos de processamento de dados		187	218	457	480
Estruturas		1	31	1	31
Total		1.466	1.598	5.544	5.117

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ii) Movimentação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Saldo inicial	1.598	2.733	5.117	7.198
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	-	-	691	4
Móveis e utensílios	-	20	-	23
Máquinas e equipamentos	-	20	-	41
Equipamentos de processamento de dados	2	23	41	185
Total de adições	2	63	732	253
Reclassificação	-	(43)	-	(43)
Baixas líquidas	(9)	(386)	(9)	(587)
Depreciação	(125)	(769)	(175)	(939)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	(121)	(765)
Total	(134)	(1.198)	(305)	(2.334)
Saldo final	1.466	1.598	5.544	5.117

b) Imobilizado reavaliado

i) Composição do imobilizado reavaliado

	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	31/03/23	31/12/22
			Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Controladora e consolidado:				
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
Móveis e utensílios	240	(233)	7	8
Máquinas e equipamentos	627	(408)	219	225
Equipamentos de processamento de dados	85	(57)	28	29
Equipamentos Aurolights - incorporação	58	(58)	-	-
	9.049	(8.795)	254	262
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(85)	(88)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			169	174

c) Outros intangíveis

i) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Custo					
Marcas, Direitos e patentes		1.640	1.640	3.866	3.854
Software		9.048	9.058	14.107	13.624
Outros Intangíveis		5.101	5.101	5.151	5.151
Intangível em andamento		1.479	1.338	1.479	1.338
Amortização					
Marcas, Direitos e patentes		-	-	(2.210)	(2.199)
Software	20	(7.407)	(7.296)	(10.534)	(10.246)
Outros Intangíveis	11	(4.928)	(4.920)	(4.928)	(4.920)
Total		4.933	4.921	6.931	6.602

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ii) Movimentação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Saldo inicial	4.921	4.110	6.602	5.289
Adições:				
Software	-	739	433	1.592
Marcas e patentes	-	-	-	16
Intangível em andamento	141	527	141	527
Total de adições	141	1.266	574	2.135
Amortização ⁽ⁱ⁾	(129)	(451)	(246)	(829)
Baixas líquidas e efeitos de variação cambial e monetária	-	(4)	1	7
	(129)	(455)	(245)	(822)
Saldo final	4.933	4.921	6.931	6.602

(i) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 26.b).

d) Bens de direito de uso

i) Composição dos bens de direito de uso

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Custo		14.188	13.979	14.596	14.387
Amortização	21	(8.824)	(7.991)	(9.110)	(8.252)
Total ⁱⁱⁱ⁾		5.364	5.988	5.486	6.135

(i) Representa substancialmente os contratos de locação de imóveis.

ii) Movimentação dos bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Saldo inicial	5.988	7.614	6.135	7.649
Adições	-	316	-	512
Remensuração ⁽ⁱ⁾	209	1.227	209	1.227
Amortização	(833)	(3.169)	(858)	(3.253)
Saldo final	5.364	5.988	5.486	6.135

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis (nota explicativa nº3.v.iii).

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Fornecedores nacionais	15.778	12.255	183.422	57.867
Fornecedores estrangeiros	86.031	2.941	85.497	3.251
Total	101.809	15.196	268.919	61.118

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Debêntures (a)	CDI + 3,36%	85.332	81.966	85.332	81.966
Parcela do passivo circulante		45.332	41.966	45.332	41.966
Parcela do passivo não circulante		40.000	40.000	40.000	40.000

Os vencimentos das parcelas do passivo não circulante ocorrerá em 2024.

A seguir, a movimentação do montante envolvido:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Saldo inicial	81.966	122.106	81.966	122.106
Pagamentos de principal	-	(40.000)	-	(40.000)
Pagamentos Juros	-	(16.090)	-	(16.090)
Apropriação Juros	3.366	15.950	3.366	15.950
Saldo final	85.332	81.966	85.332	81.966

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$ 120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 17 de dezembro de 2020, foi realizada assembleia geral de debenturistas de sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), na qual foi aprovada, por unanimidade, a alteração dos seguintes termos e condições das Debêntures:

Condição alterada	Original	Nova
Amortização periódica do valor e nominal unitário	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2020.	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2022.
Remuneração	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,6225% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 3,36% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.

Em 31 de março de 2023, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

As debêntures, são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Passivo de arrendamento	CDI + 1,8800%	8.731	9.651	8.851	9.803
Parcela do passivo circulante		6.169	6.223	6.261	6.320
Parcela do passivo não circulante		2.562	3.428	2.590	3.483

Os vencimentos dos contratos ocorrerão em 2024, 2025 e 2026

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Saldo inicial em 1º de janeiro	9.651	11.155	9.803	11.199
Juros do período	136	649	142	663
Adição por novos contratos	-	316	-	512
Contraprestação paga	(1.264)	(3.697)	(1.302)	(3.799)
Ajuste por remensuração ⁽ⁱ⁾	208	1.228	208	1.228
Saldo final	8.731	9.651	8.851	9.803

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de locação de imóveis (nota explicativa nº 3.v.iii).

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 31 de março de 2022:

Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2023	5.536	5.612
2024	2.309	2.366
2025	1.009	1.009
2026	416	416
Valores não descontados	9.270	9.403
Juros embutidos	(539)	(552)
Saldo do passivo de arrendamento em 31 de março de 2023	8.731	8.851

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Contraprestação do arrendamento	9.270	8.731
PIS/COFINS potencial (9,25%)	857	808

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
COFINS a recolher	-	-	186	62
PIS a recolher	-	-	40	12
Imposto Sobre Serviços - ISS	9.099	2.991	9.638	3.091
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	4.290	3.505
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	2.144	2.075	2.144	2.075
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱⁱ⁾	370	342	400	371
Imposto sobre faturamento	-	-	-	15
IVA - imposto de valor agregado	-	-	1.333	159
ICMS a recolher - faturamento	5	-	727	120
INSS de terceiros a recolher	161	41	187	30
Outros	(35)	61	(15)	98
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	336	513
Passivo circulante	11.744	5.510	19.266	10.051
Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) ⁽ⁱ⁾	16.258	16.246	16.258	16.246
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱⁱ⁾	5.812	5.749	5.939	5.878
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	408	658
Passivo não circulante	22.070	21.995	22.605	22.782

(i) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em dezembro 2021 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 17 de dezembro de 2021 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses.

(ii) Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19. A adesão à negociação foi concretizada em 03 de agosto de 2021, para pagamento do débito de R\$ 4,2 milhões em 145 meses, sendo que o valor das parcelas será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC apurada mensalmente.

A variação relevante se deu pela maior quantidade de conteúdos promovidos no trimestre.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

21. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Patrocínios (a.1)	9.471	9.445	10.200	9.445
Eventos privados (a.2)	2.152	4.141	2.253	4.214
Vendas antecipadas de ingressos (b)	24.878	137.665	24.878	140.803
Total	36.501	151.251	37.331	154.462

(a) Contratos: patrocínios e eventos privados.

(a.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

(a.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos e eventos externos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(b) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

22. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica "Caixa restrito" (nota explicativa nº 8).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

Em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 não há montantes envolvidos em operações incentivadas pela Lei Rouanet.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Trabalhistas	7.292	6.908	11.093	10.729
Cíveis	22.599	22.124	25.838	26.146
Tributários	496	428	12.957	12.332
Total	30.387	29.460	49.888	49.207

Em 2013 os Serviços de Impostos Internos do Chile (SII) atuaram a T4F Chile para a cobrança de impostos, na ordem de aproximadamente R\$ 40.000, por eventos ocorridos nos anos de 2010 a 2012, referentes: (i) à base de impostos recolhidos sobre os cachês de artistas; (ii) a remessas enviadas ao exterior em razão de diversos eventos realizados nos anos de 2010 a 2012; (iii) à data de envio da declaração e pagamento dos impostos retidos sobre as remessas realizadas em decorrência dos eventos realizados; e (iv) ao imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos.

Ainda em 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, visando anular as supostas infrações autuadas. Em 2019, foi prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação movida pela Companhia, estando pendente o início da execução pelos Serviços de Impostos Internos do Chile (SII). Após o julgamento parcialmente favorável à Companhia, os valores envolvidos ainda em litígio foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 12.902 (R\$ 11.704 em 31 de dezembro de 2022), e com probabilidade de perda remota no importe de R\$ 9.744, para 31 de março de 2023 (R\$ 8.735 em 31 de dezembro de 2022).

23.1) Processos tributários com probabilidade de perda possível

Em 31 de março de 2023, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 186.365 (R\$ 181.918 em 31 de dezembro de 2022).

Entre os processos tributários com probabilidade de perda possível que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de março de 2023, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$ 44.215 (R\$ 42.959 em 31 de dezembro de 2022).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2023, o valor estimado do processo é R\$ 10.205 (R\$ 14.085 em 31 de dezembro de 2022).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2023, o valor envolvido era de R\$ 6.228 (R\$ 6.113 em 31 de dezembro de 2022).

d) A Companhia foi autuada, em 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração e espera julgamento definitivo na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2023, o valor atualizado do processo é de R\$ 9.862 (R\$ 9.664 em 31 de dezembro de 2022).

e) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela Companhia e pela SRF. A opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 31 de março de 2023, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 3.172 (R\$ 3.106 em 31 de dezembro de 2022).

f) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47 MM em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33 MM em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A Companhia afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito e remota para a parcela da multa isolada relativa aos erros de cálculo nas antecipações: (i) não utilização de prejuízos fiscais no cálculo das antecipações de IRPJ e CSLL; e (ii) desconsideração das parcelas devidas nos meses anteriores no cálculo das antecipações de CSLL. Em 31 de março de 2023, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 71.328 (R\$ 69.544 em 31 de dezembro de 2022).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

g) Em maio de 2022, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Royalties) sobre remessas ao exterior. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2023, o valor da causa atualizado é de R\$ 4.398 (R\$ 4.338 em 31 de dezembro de 2022).

h) Em dezembro de 2022, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Royalties) sobre remessas ao exterior feitas a título de (i) direitos autorais; e (ii) direito de uso de marcas. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração e espera julgamento na 1ª instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2023, o valor atualizado do processo é de R\$ 9.939 (R\$ 9.498 em 31 de dezembro de 2022).

23.2) Processos trabalhistas com probabilidade de perda possível

Em 31 de março de 2023, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 7.824 (R\$ 7.624 em 31 de dezembro de 2022).

23.3) Processos cíveis com probabilidade de perda possível e outras

Em 31 de março de 2023, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 76.344 (R\$ 72.939 em 31 de dezembro de 2022).

Entre os processos cíveis com probabilidade de perda possível que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de março de 2023 é de aproximadamente R\$ 4.716 (R\$ 4.644 em 31 de dezembro de 2022) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas pela Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de “Quidam”, nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.790 (R\$ 1.736 em 31 de dezembro de 2022), em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne à Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de março de 2023, o valor em discussão é de R\$ 2.833 (R\$ 2.732 em 31 de dezembro de 2022). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. O valor somente será possível de ser apurado com (i) a decisão definitiva da ação e, sendo a decisão desfavorável para a Companhia, (ii) com eventual manifestação dos consumidores.

e) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de 74 grandes eventos realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso interposto pela Companhia. O valor estimado em 31 de março de 2023 é de aproximadamente R\$ 24.400 (R\$ 23.428 em 31 de dezembro de 2022) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.

f) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de 913 eventos, de menor impacto, realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se a realização de perícia. O valor estimado em 31 de março de 2023 é de aproximadamente R\$ 10.710 (R\$ 10.148 em 31 de dezembro de 2022) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de março de 2023, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 10.709 e R\$ 12.186 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 10.784 e R\$ 12.243 em 31 de dezembro de 2022).

23.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/22	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31/03/23
Trabalhistas	6.908	255	(40)	169	7.292
Cíveis	22.124	(243)	(162)	880	22.599
Tributário	428	61	-	7	496
Total	29.460	73	(202)	1.056	30.387

Controladora	31/12/21	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31/03/22
Trabalhistas	5.401	616	(128)	185	6.074
Cíveis	3.955	983	(131)	222	5.029
Tributário	-	392	-	4	396
Total	9.356	1.991	(259)	411	11.499

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado	31/12/22	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/03/23
Trabalhistas	10.729	197	(40)	253	(46)	11.093
Cíveis	26.146	(30)	(162)	(45)	(71)	25.838
Tributário	12.332	2.667	-	12	(2.054)	12.957
Total	49.207	2.834	(202)	220	(2.171)	49.888

Consolidado	31/12/21	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/03/22
Trabalhistas	8.501	680	(158)	391	(110)	9.304
Cíveis	6.368	983	(131)	274	12	7.506
Tributário	10.796	2.511	-	6	(2.278)	11.035
Total	25.665	4.174	(289)	671	(2.376)	27.845

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

ordinárias mantidas em tesouraria, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80. Em razão do cancelamento ora deliberado o capital social da Companhia passou a ser dividido em 67.412.629 ações ordinárias. Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 representado por 67.412.629 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período quando ocorrência de lucros acumulados.

d) A reserva de retenção de lucros/prejuízos acumulados foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compensação de prejuízos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Receita bruta:				
Serviços	202.164	161.806	240.890	172.466
Produtos	-	-	14.515	14.710
Deduções e impostos incidentes	(8.670)	(7.894)	(11.469)	(9.043)
Receita líquida	193.494	153.912	243.936	178.133

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

26. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 27)	(4.437)	(3.234)	(5.742)	(4.172)
Serviços de terceiros	(3.340)	(3.575)	(4.320)	(5.706)
Utilidades e facilidades	(479)	(9)	(741)	(261)
Outras despesas	(291)	(983)	(836)	(1.047)
Total	(8.547)	(7.801)	(11.639)	(11.186)
Vendas	(283)	(125)	(486)	(222)
Gerais e administrativas	(7.230)	(6.700)	(10.028)	(9.923)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 14.2)	(1.034)	(976)	(1.125)	(1.041)
Total das despesas por natureza	(8.547)	(7.801)	(11.639)	(11.186)

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(100.725)	(77.711)	(101.770)	(77.808)
Transportes e locações	(29.096)	(20.242)	(31.048)	(21.633)
Serviços de terceiros	(17.017)	(14.333)	(25.088)	(19.280)
Viagens e locomoção	(2.655)	(2.031)	(3.004)	(2.075)
Utilidades e facilidades	(2.658)	(1.547)	(3.092)	(1.575)
Mídia e publicidade	(1.973)	(2.774)	(2.234)	(3.007)
Depreciação e amortização	(1.087)	(1.094)	(1.454)	(1.463)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 27)	(585)	(443)	(1.395)	(927)
Custos de produção	(23.777)	(11.741)	(37.576)	(20.934)
Total	(179.573)	(131.916)	(206.661)	(148.702)

A variação relevante se deu pela maior quantidade de conteúdos promovidos no trimestre.

27. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Salários e bonificações	(2.184)	(2.115)	(3.650)	(3.242)
Despesa de férias	(214)	(220)	(250)	(225)
Despesa de 13º salário	(123)	(104)	(204)	(149)
Encargos sociais	(721)	(708)	(1.081)	(889)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(1.159)	(133)	(1.167)	(140)
Outros benefícios a empregados	(621)	(397)	(785)	(454)
Total de despesas com benefícios a empregados	(5.022)	(3.677)	(7.137)	(5.099)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(585)	(443)	(1.395)	(927)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(4.437)	(3.234)	(5.742)	(4.172)
Total	(5.022)	(3.677)	(7.137)	(5.099)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(789)	(570)	(967)	(676)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(455)	-	(962)	(186)
Juros com debêntures	(3.366)	(3.982)	(3.366)	(3.982)
Outras	(832)	(555)	(367)	(449)
Total	(5.442)	(5.107)	(5.662)	(5.293)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	2.406	58
Rendimentos de aplicações financeiras	3.033	3.780	3.565	3.852
Outras	222	283	128	150
Total	3.255	4.063	6.099	4.060

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(2.392)	(10.711)	(6.593)	(7.916)
Ativas	3.388	7.279	2.547	1.666
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(1.055)	(411)	(2.499)	(1.596)
Ativas	118	241	143	241
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	-	-	(5.700)	(3.116)
Ativas	-	-	1.850	1.040
Total	59	(3.602)	(10.252)	(9.681)

29. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	128	(1.732)	(35)	(2.478)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	31	(13)	31	(214)
Outras ⁽ⁱ⁾	(62)	338	153	2.241
Total	97	(1.407)	149	(451)

(i) Refere-se a parcelamento de impostos aderido pelo Grupo no trimestre (nota explicativa nº 20), e pagamento de condenações

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(1.849)	(121)
IRPJ e CSLL diferidos	4	5	(177)	(123)
Total	4	5	(2.026)	(244)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do trimestre é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Lucro do trimestre antes do IRPJ e da CSLL	11.783	6.258	15.970	6.880
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(4.006)	(2.128)	(5.430)	(2.339)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(42)	(398)	(79)	(483)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	524	3.139	524	4.073
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(315)	-	(283)	-
Outras provisões	-	-	2.196	-
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	-	131
Controlada tributada no exterior	-	-	(1.734)	(1.654)
Resultado de equivalência patrimonial	2.870	(641)	-	-
Perdas em investimentos e outros resultados	-	43	181	43
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	4	-	4	-
Benefício lei 14.148/2021 - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Persa	1.035	-	2.664	-
Outros itens	(66)	(10)	(69)	(15)
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	4	5	(2.026)	(244)
% alíquota efetiva	0%	0%	13%	4%

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

Controladora	31/12/22	Varição do trimestre	31/03/23
Impostos diferidos ativos sobre:			
Não circulante:			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.835,00	-	8.835
Prejuízos fiscais	22.892,00	(2.055)	20.837
Base negativa de CSLL	15.349,00	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(133,00)	3	(130)
Outras provisões	-	2.055	2.055
Total do ativo líquido	46.943	3	46.946

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado	31/12/22	Varição do trimestre	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/03/23
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	867	(126)	-	741
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.099	38	-	9.137
Prejuízos fiscais	22.892	-	-	22.892
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(133)	3	-	(130)
Outras provisões	966	879	-	1.845
Total do ativo	49.040	794	-	49.834
Impostos diferidos passivos sobre:				
Não circulante:				
Outras provisões	(1.453)	(602)	-	(2.055)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(8)	8	-	-
Total do passivo	(1.461)	(594)	-	(2.055)
Total líquido	47.579	200	-	47.779

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. Em decorrência da Lei 14.148/2021, mas especificamente em relação a previsão normativa contida no seu artigo 4º em razão da derrubada do veto presidencial pelo Congresso nacional em 18 de março desse ano, ficaram reduzidas a 0% por 60 meses as alíquotas dos tributos incidentes sobre as receitas que são PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, diante disso a Companhia cujo setor é pertencente ao setor de eventos aderiu aos benefícios da Lei com impactos nas Demonstrações contábeis da Companhia nas linhas de IRPJ e CSLL.

A Companhia elaborou estudos de viabilidade, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos contados a partir do prazo de 60 meses, no entanto em razão do PERSE a Companhia mantém a posição adotada durante a pandemia de não aumentar o ativo para imposto diferido constituído sobre o prejuízo fiscal e adições temporárias.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
2027	8.148	9.110
2028	5.282	5.603
2029	5.388	5.709
2030	5.496	5.817
2031	5.606	5.927
2032	6.004	6.325
a partir de 2033	11.022	11.343
Total	46.946	49.834

d) ICPC 22/IFRIC23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Na avaliação da Administração da Companhia, não existem impactos significativos em decorrência desta interpretação, dado que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em concordância com a legislação tributária vigente.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

31.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 18, parcelamento de impostos (nota explicativa nº 20), deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 24) conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Empréstimos, financiamentos e debêntures	85.332	81.966	85.332	81.966
Parcelamentos de impostos	24.584	24.412	25.485	25.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(101.746)	(116.671)	(172.929)	(180.011)
(-) Aplicação financeira	(5.574)	(5.404)	(5.574)	(5.404)
Dívida líquida	2.596	(15.697)	(67.686)	(77.708)
Patrimônio líquido	130.384	111.519	135.397	114.330
Índice de alavancagem financeira- %	-2%	14%	50%	68%

31.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Controladora	
			31/03/23	31/12/22
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	11.562	16.929
Aplicações financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		95.758	105.146
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	14	54.925	53.420
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	9	46.028	44.835
Total de ativos financeiros			208.273	220.330
Empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽ⁱ⁾	Passivo ao custo amortizado	18	(85.332)	(81.966)
Contas a pagar de partes relacionadas	Passivo ao custo amortizado	14	(45.321)	(41.002)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	17	(101.809)	(15.196)
Total de passivos financeiros			(232.462)	(138.164)
Total de exposição			(24.189)	82.166

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Rubrica	Classificação	Nota explicativa	Consolidado	
			31/03/23	31/12/22
Bancos	Valor justo por meio do resultado	7	22.732	32.159
Aplicações financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Valor justo por meio do resultado		155.771	153.256
Contas a receber de partes relacionadas	Ativo ao custo amortizado	14	10.739	11.082
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	9	193.464	76.082
Total de ativos financeiros			382.706	272.579
Empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽ⁱ⁾	Passivo ao custo amortizado	18	(85.332)	(81.966)
Fornecedores	Passivo ao custo amortizado	17	(268.919)	(61.118)
Total de passivos financeiros			(354.251)	(143.084)
Total de exposição			28.455	129.495

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 3,36% ao ano para a emissão de 2018, repactuada em 2020. (nota explicativa nº 18).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços. (nota explicativa nº 7)

31.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c.i) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, poderá ainda haver flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Em 2019, o real se desvalorizou 4% em relação ao dólar, em 2020 caiu 28,9%, em 2021 desvalorizou 7,4%, em 2022 desvalorizou 5,32%, e no primeiro trimestre de 2023, houve desvalorização de 3,96% em relação à moeda norte-americana.

Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, consequentemente, nossas operações.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Especialmente, no nosso segmento, não conseguimos repassar para os preços grandes desvalorizações cambiais no curto prazo o que, consequentemente, afeta as margens da Companhia – uma vez que temos uma parcela importante de nossos custos atrelados em dólar (pagamento de cachês de artistas internacionais, sinalizado no balanço da companhia, na linha de Fornecedores Internacionais). Nas contratações de artistas internacionais, os valores dos cachês são pagos através hedges com a taxa de conversão, ou através de conta nos EUA, em 31 de março de 2023 a Companhia não possui instrumentos derivativos contratados. A realização do evento pode ficar comprometida e tornar-se até mesmo inviável em casos de desvalorização cambial mais extremo.

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Moeda	Controladora		Consolidado	
		31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Bancos	Dólar	10.663	2.968	36.490	159.739
Mútuo com controlada no Peru	Dólar	7.452	7.530	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Dólar	4.798	4.845	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Dólar	(38.997)	(39.522)	-	-
Fornecedores	Dólar	(86.031)	(2.941)	(85.497)	(3.251)
Total de exposição		(102.115)	(27.120)	(49.007)	156.488

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para moeda nacional em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 27.942, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

i) Risco de mudança nas taxas de juros

Apresentamos, a seguir, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, no qual estão descritos os riscos relativos ao eventual aumento nas taxas de juros às quais nossas dívidas e aplicações financeira estão atreladas, estimado pela nossa administração, para a data base de 31 de março de 2023, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil – BACEN, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora					
	Cenário					
	Possível			Remoto		
	31/03/23	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Debêntures	(84.088)	(98.391)	(101.282)	(95.501)	(104.172)	(92.610)
Aplicações financeiras	95.758	108.799	112.083	105.515	115.367	102.231
Exposição Líquida	11.670	10.408	10.802	10.014	11.195	9.621

	Consolidado					
	Cenário					
	Possível			Remoto		
	31/03/23	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (ii)	-50% (iii)
Debêntures	(84.088)	(98.391)	(101.282)	(95.501)	(104.172)	(92.610)
Aplicações financeiras	139.791	158.077	162.682	153.472	167.287	148.867
Exposição Líquida	55.703	59.686	61.401	57.972	63.115	56.257

(i) A taxa utilizada para o CDI neste cenário é de 12,65% a.a., resultado da subtração de 0,10% da taxa SELIC de 12,75% a.a., projetada para 31 de dezembro de 2023 pelo relatório Focus publicado em 31 de março de 2023. Para as debêntures, acrescentamos 3,36% ao ano relativo à sobretaxa de juros da debênture sobre o indexador (CDI). Para as aplicações financeiras foram consideradas as taxas médias de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de março de 2023.

(ii) Na análise do cenário Possível, consideramos o acréscimo de 25% na taxa SELIC utilizada no cenário Provável, gerando variação positiva em 12 meses de R\$ 1.715 mil no Consolidado e R\$ 394 mil na Controladora.

(iii) Ainda dentro da análise no cenário Possível, consideramos queda de juros com decréscimo de 25% na taxa SELIC utilizada no cenário Provável. As estimativas gerariam uma variação negativa em 12 meses de R\$ 1.715 mil no Consolidado e R\$ 394 mil na Controladora.

(iv) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% na taxa SELIC utilizada, as estimativas gerariam uma variação positiva em 12 meses de R\$ 3.429 mil no Consolidado e R\$ 787 mil na Controladora.

(v) Ainda no cenário Remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário Provável com decréscimo da taxa em 50% na taxa SELIC utilizada, as estimativas gerariam variação negativa em 12 meses de R\$ 3.429 mil no Consolidado e R\$ 787 mil na Controladora.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ii) Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de março de 2023 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo das disponibilidades de caixas e aplicações em moeda estrangeira, bem como os compromissos com fornecedores internacionais, conforme quadro a seguir:

		Controladora				
		Cenário				
		Possível			Remoto	
	31/03/23	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Bancos	10.663	11.019	13.774	8.265	16.529	5.510
Exposição líquida	10.663	11.019	13.774	8.265	16.529	5.510

		Consolidado				
		Cenário				
		Possível			Remoto	
	31/03/23	Provável (i)	+25% (ii)	-25% (iii)	+50% (iv)	-50% (v)
Bancos	36.490	37.708	47.136	28.281	56.563	18.854
Exposição líquida	36.490	37.708	47.136	28.281	56.563	18.854

(i) O cálculo do cenário Provável dos próximos 12 (doze) meses é resultado da estimativa da taxa de câmbio para o dólar americano de R\$ 5,25 em 31 de dezembro de 2023, segundo o relatório Focus publicado em 31 de março de 2023.

(ii) No cenário Possível, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 6,56, as estimativas geram variação positiva em 12 meses de R\$ 9.427 mil e R\$ 2.755 mil no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(iii) Em outra análise de cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com apreciação de 25% nas paridades cambiais, diminuindo o dólar americano para R\$ 3,94, as estimativas geram variações negativas em 12 meses de R\$ 9.427 mil no Consolidado e R\$ 2.755 mil na Controladora.

(iv) No cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, elevando o dólar americano para R\$ 7,88, as estimativas geram variações positivas em 12 meses de R\$ 18.854 mil e R\$ 5.510 mil no Consolidado e Controladora, respectivamente.

(v) Ainda dentro da análise do cenário Remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário Provável, entretanto com apreciação de 50% nas paridades cambiais, ocasionando queda do dólar americano para R\$ 2,63, as estimativas geram variações negativas em 12 meses de R\$ 18.854 mil e R\$ 5.510 mil no Consolidado e na Controladora, respectivamente.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

iii) Riscos do ambiente macroeconômico

As economias brasileira, argentina e chilena têm sido marcadas por frequentes e, por vezes, significativas intervenções de seus respectivos governos federais, os quais modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações dos governos federais brasileiro, argentino e, de maneira menos significativa, do governo chileno, para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorizações monetárias, controles de remessas e ingresso de capital, imposição de limitações às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre tais intervenções, tampouco podemos prever quaisquer medidas ou políticas que os governos desses três países possam adotar no futuro.

Nesse sentido, poderemos ser afetados adversamente por mudanças significativas nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem os seguintes fatores: (i) taxas de juros; (ii) política monetária; (iii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; (iv) flutuações cambiais; (v) inflação; (vi) instabilidade social; (vii) instabilidade dos preços; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) impactos da legislação ambiental; (x) barreiras comerciais e restrições ao comércio exterior; (xi) política fiscal; e (xii) outras políticas ou acontecimentos políticos, sociais e econômicos.

Ainda, a incerteza quanto à implementação de eventuais mudanças em referidas políticas ou regulamentações geram instabilidade no ambiente econômico desses países, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários, que poderão ter um efeito prejudicial sobre nossos negócios e resultados, bem como afetar adversamente a negociação e o preço de nossas ações.

iv) Risco de inflação

De modo geral, como entretenimento não é considerado um serviço essencial, o desempenho do setor é muito sensível às variações da economia. Qualquer desaceleração nos mercados em que operamos resultará em um declínio no poder aquisitivo e na renda disponível tanto do público quanto de nossos patrocinadores, o que poderia causar uma redução da frequência e das receitas dos eventos de entretenimento ao vivo, podendo impactar negativamente o resultado de nossas operações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo, lógica que mudou entre os anos de 2016 e 2020, com reduções da taxa durante esse período. Entretanto, em 2021, com o impacto da pandemia na economia, vimos o aumento da taxa de juros o objetivo de controlar a inflação. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), as taxas de inflação de preços no Brasil foram 4,31% em 2019, 4,52% em 2020, 10,06% em 2021, 5,79% em 2022 e, em março de 2023, a inflação acumulada em 12 meses é de 4,65%. A taxa SELIC no final do primeiro trimestre de 2023 atingiu o valor de 13,75% a.a., mantendo-se estável quando comparada com o encerramento do exercício de 2022.

A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro e eventuais pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem causar um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos serviços de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

v) Risco Legais

Os governos brasileiro, argentino e chileno podem, a qualquer momento, alterar os seus regimes tributários de modo que aumente o nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de novos tributos temporários ou definitivos. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços por nós praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

vi) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

vii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

32. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens e está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		31/03/23	31/12/22
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	60.000	60.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	37.810	37.810
		97.810	97.810

As premissas adotadas para a contratação de seguros são definidas e revisadas pela Administração e não fazem parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

33. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 174.529. (R\$ 178.319 em 31 de dezembro de 2022)

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos judiciais contra a Inspiração é de R\$ 55.176 para 31 de março de 2023 (R\$ 53.418 em 31 de dezembro de 2022).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) Contrato de Compra e Venda de Ações

Por força de Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado junto à empresa Veloci Investimentos e Participações S.A. em 31 de agosto de 2020, que teve como objeto a venda, pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social da empresa Vicar Promoções Desportivas S.A. (“Vicar”), a T4F permaneceu responsável pela condução das Reclamações de Terceiros em face da Vicar que tiveram início antes da assinatura do Contrato, e também se responsabilizou por qualquer contingência, passivo, obrigação e/ou responsabilidade da Vicar de qualquer espécie ou natureza, tais como – porém sem se limitar a – aqueles de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental ou civil, que venha a ser reclamado da Vicar e que esteja ou não devidamente registrado nas demonstrações financeiras e nos livros e registros contábeis da Vicar ou mencionado no Contrato ou em seus anexos, cujos fatos geradores sejam anteriores à assinatura do Contrato ou decorrentes de atos praticados pela Vicar ou pela T4F e pela Vendedora YPY Participações S.A. até a data de assinatura do Contrato. Foi constituída pela T4F uma Conta Escrow em garantia ao integral cumprimento das obrigações contratuais das Vendedoras, na qual foi depositado pelos Compradores o valor de R\$ 5.000, o qual será liberado gradualmente às Vendedoras, conforme mecanismo previsto em contrato.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de março de 2023 e de 2022.

Consolidado			
31/03/23			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio
Receita líquida	127.336	47.388	69.212
Custos	(181.396)	(25.265)	-
Lucro bruto	(54.060)	22.123	69.212
Receita (despesas) operacionais alocáveis aos segmentos	(1.782)	(1.940)	-
	(55.842)	20.183	69.212
Despesas administrativas			(7.768)
Resultado financeiro			(9.815)
Lucro antes dos impostos			15.970

Consolidado			
31/03/22			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio
Receita líquida	111.933	28.083	38.117
Custos	(125.393)	(23.309)	-
Lucro bruto	(13.460)	4.774	38.117
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(2.515)	180	-
	(15.975)	4.954	38.117
Despesas administrativas			(9.302)
Resultado financeiro			(10.914)
Lucro antes dos impostos			6.880

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Consolidado	
	31/03/23
<u>Receita líquida</u>	
Argentina	21.279
Brasil	220.387
Chile	2.270
	243.936
Consolidado	
	31/03/22
	6.990
	170.725
	418
	178.133
Consolidado	
	31/03/23
<u>Lucro bruto</u>	
Argentina	6.136
Brasil	29.456
Chile	1.683
	37.275
Consolidado	
	31/03/22
	3.983
	25.227
	221
	29.431

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado	
	31/03/23	31/03/22
<u>Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	(605)	(781)
Brasil	19.176	11.061
Chile	(2.579)	(3.945)
Peru	(82)	518
Estados Unidos da América	60	27
	15.970	6.880

35. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do trimestre, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Em 31 de março de 2023, não havia ações ordinárias potenciais.

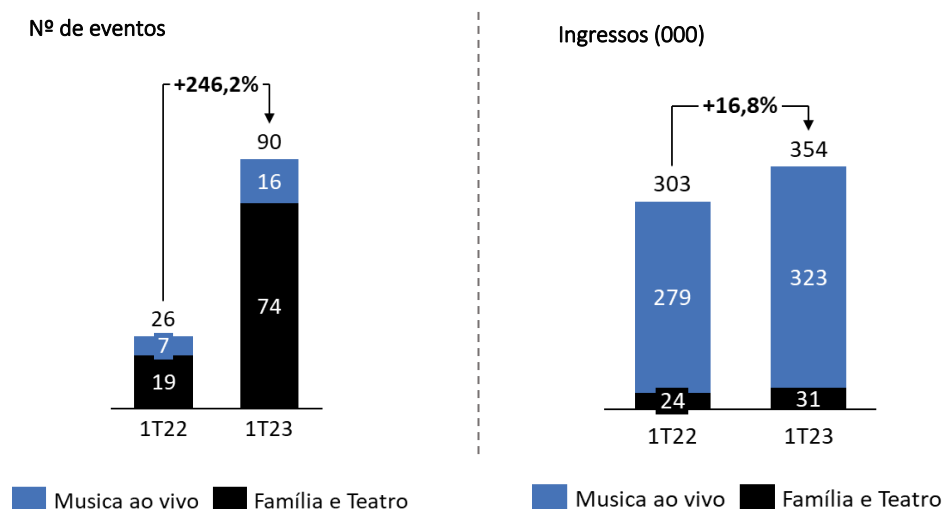
O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/03/23	31/03/22
Lucro do trimestre atribuível aos acionistas da Companhia	11.787	6.263
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	67.412.629	67.412.629
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	67.412.629	67.412.629
Lucro básico por ação - em reais	0,1748	0,0929
Lucro diluído por ação - em reais	0,1748	0,0929

São Paulo, 10 de maio de 2023 – A T4F Entretenimento S.A. (“T4F” ou “Companhia”) (B3: SHOW3), anuncia os resultados revisados do primeiro trimestre de 2023 (1T23). As informações trimestrais (ITR) consolidadas são apresentadas de acordo com o padrão contábil internacional (*IFRS – International Financial Reporting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Indicadores Operacionais



O 1T23 foi um trimestre com mais conteúdos, frente ao mesmo período do ano passado, no qual promovemos apenas o Lollapalooza e iniciamos o musical A Família Addams. Realizamos 90 eventos totalizando 354 mil ingressos vendidos. No mesmo período de 2022 havíamos realizado 26 eventos, com venda de 303 mil ingressos.

Seguimos com o musical Anastasia, iniciado no 4T22, onde realizamos 74 datas, contabilizadas em Família e Teatro, com venda total de 31 mil ingressos.

Em Música ao Vivo, realizamos 16 eventos, sendo dois dias do festival Grls!, no começo de março, 3 dias do Lollapalooza somados a 4 sideshows das bandas YungBlud, Cigarettes After Sex, Rise Against e Tove Lo, turnê com 6 shows da banda Paramore e por fim 1 show da banda The Black Crowes.

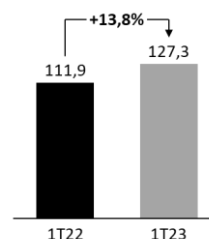
Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	1T22	1T23	Var. % (1T23/1T22)
Promoção de Eventos	111,9	127,3	14%
Música ao Vivo	109,6	127,3	16%
Eventos Família e Teatro	2,3	-	-100%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	28,1	47,4	69%
Patrocínio	38,1	69,2	82%
Promoção de Eventos	37,6	69,2	84%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	0,5	-	-100%
TOTAL	178,1	243,9	37%
Número de Eventos	26	90	246%
Ingressos Vendidos (000)	303	354	17%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	387	395	2%

Em receita líquida total, a Companhia atingiu R\$ 127,3 milhões no 1T23, aumento de 14% no comparativo com o 1T22, com R\$ 111,9 milhões. Esse aumento deve-se à maior quantidade de eventos e ingressos, conforme mostrado anteriormente, além de maior receita com patrocínios reconhecida no 1T23 referentes aos conteúdos deste período. O resultado desse indicador se deve a:

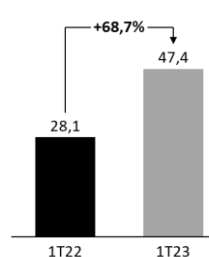
Receita líquida de Promoção de Eventos de R\$ 127,3 milhões no primeiro trimestre de 2023, 14% maior que o 1T22, com R\$ 111,9 milhões. No 1T22 tivemos apenas a realização do Lollapalooza e início da temporada do musical A Família Addams, dado que as atividades estavam sendo retomadas, pós restrições para conter a pandemia de COVID-19. Em 2023 promovemos os festivais Gr!s! e Lollapalooza, 1 turnê do Paramore com 6 shows, além de 4 shows *indoor*.

Promoção de Eventos
R\$ mm



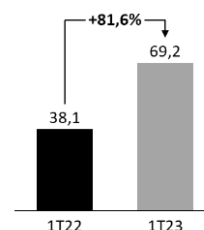
A receita líquida de Operações de Bilheteria, A&B e Venues aumentou no 1T23 em relação ao 1T22, totalizando R\$ 47,4 milhões contra R\$ 28,1 milhões. Este aumento se deve principalmente as vendas de alimentos e bebidas nos eventos realizados no período, da taxa de conveniência sobre os ingressos e da comercialização de ingressos de terceiros através das nossas ticketeiras.

Operações de Bilheteria, A&B, e Venues
R\$ mm



A receita líquida de patrocínios totalizou R\$ 69,2 milhões no 1T23, versus R\$ 38,1 milhões do 1T22. Este acréscimo se dá pela maior quantidade de eventos realizados. Além disso, parte desta variação se justifica pelo recebimento de patrocínios do Lollapalooza 2022 ainda em 2020 e 2021, uma vez que o evento foi adiado em decorrência da pandemia de COVID-19.

Patrocínios
R\$ mm



Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	1T22	1T23	Var. % (1T23/1T22)
Receita Líquida	178,1	243,9	37%
Custo	(148,7)	(206,7)	-39%
Lucro Bruto	29,4	37,3	27%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>16,5%</i>	<i>15,3%</i>	<i>-1,2 p.p.</i>
Promoção de Eventos	(13,5)	(54,1)	-302%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	4,8	22,1	363%
Patrocínio	38,1	69,2	82%

O Lucro Bruto do 1T23 foi de R\$ 37,3 milhões *versus* R\$ 29,4 milhões no 1T22, representando 15,3% e 16,5% de Margem Bruta, respectivamente. Esta pequena redução da margem é reflexo da alocação de algumas receitas e custos do Lollapalooza 2022 em exercícios anteriores, uma vez que esta edição se referia inicialmente ao ano de 2020, postergada por conta da pandemia.

Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ mm)	1T22	1T23	Var. % (1T23/1T22)
Vendas	(0,2)	(0,5)	-119%
Gerais e Administrativas	(9,9)	(10,0)	-1%
Remuneração dos Administradores	(1,0)	(1,1)	-8%
SG&A	(11,2)	(11,6)	-4%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>6,3%</i>	<i>4,8%</i>	<i>-1,5 p.p.</i>
Outras despesas operacionais	(0,5)	0,1	133%
Total	(11,6)	(11,5)	1%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>6,5%</i>	<i>4,7%</i>	<i>-1,8 p.p.</i>

O SG&A teve aumento de 4% versus 1T22, apresentando R\$ 11,6 milhões contra R\$ 11,2 milhões. Considerando que esta variação ficou abaixo da inflação do período, tivemos em termos reais uma diminuição do SG&A.

O total das Outras despesas operacionais foi de R\$ 100 mil positivos no 1T23, composto majoritariamente de reversões de provisões de contingências, enquanto no mesmo período de 2022 registramos R\$ 500 mil negativos, estes referentes a provisões para contingência e resultados de processos judiciais.

EBITDA e EBITDA Ajustado

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1T22	1T23	Var. % (1T23/1T22)
Lucro Líquido (Prejuízo)	6,6	13,9	110%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	0,2	2,0	730%
(+) Resultado Financeiro Líquido	10,9	9,8	-10%
(+) Depreciação	1,4	1,4	-1%
=EBITDA	19,2	27,2	42%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>10,8%</i>	<i>11,1%</i>	<i>0,4 p.p.</i>
(-) Condenações e provisões de contingência	2,7	0,2	-93%
EBITDA Recorrente (excl. efeitos não-recorrentes)	21,9	27,4	25%
<i>Margem EBITDA recorrente (excl. efeitos não-recorrentes)</i>	<i>12,3%</i>	<i>11,2%</i>	<i>-1,1 p.p.</i>

Como resultado dos fatores elencados anteriormente, o EBITDA ficou positivo em R\$ 27,2 milhões, contra R\$19,2 registrados no mesmo período de 2022. No EBITDA Recorrente, acrescenta-se R\$ 100 mil no 1T23 e exclui-se R\$ 500 mil no 1T22, ambos referentes a impactos de provisões e reversões de acordos, decisões judiciais e provisões de contingência, reconhecidos em “Outras despesas operacionais” e explicados anteriormente.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1T22	1T23	Var. % (1T23/1T22)
Receitas Financeiras	4,1	6,1	50%
Juros Ativos	0,1	2,4	>999%
Rendimentos de aplicações Financeiras	3,9	3,6	-7%
Outros	0,2	0,1	-15%
Despesas Financeiras	(5,3)	(5,7)	-7%
Juros Passivos	(0,7)	(1,0)	-43%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(4,0)	(3,4)	15%
Impostos sobre Transações Financeiras	(0,2)	(1,0)	-417%
Outros	(0,4)	(0,4)	18%
Receitas - Despesas Financeiras	(1,2)	0,4	135%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	(9,7)	(10,3)	-6%
Variação Cambial	(6,3)	(4,0)	35%
Variação Monetária	(1,4)	(2,4)	-74%
Variação Hiperinflação	(2,1)	(3,9)	-85%
Resultado Financeiro Líquido	(10,9)	(9,8)	10%

No 1T23, a diferença entre as Receitas e Despesas Financeiras foi positiva em R\$ 0,4 milhão, majoritariamente impactada pelos juros ativos e rendimentos de aplicações financeiras, reflexo da nossa melhor posição de Caixa Líquido e das taxas de juros, uma vez que nossas aplicações são indexadas pelo CDI. Os juros sobre as debêntures representam a maior parcela das despesas financeiras, estas também indexadas pelo CDI.

Adicionalmente aos efeitos elencados acima, a soma das variações Cambial, Monetária e Hiperinflacionária, que não têm efeito de caixa, foi de R\$ 10,3 milhões negativos, aumento de 6% na comparação com o 1T22, principalmente por:

- (i) Variação Monetária negativa de R\$ 2,4 milhões, reflexo das atualizações monetárias de contingências;
- (ii) Variação Cambial de R\$ 4,0 milhões negativos pela valorização de 2,6% do Real frente ao Dólar no período, saindo de R\$ 5,22 em 30 de dezembro para R\$ 5,08 em 31 de março de 2023. A Companhia possui caixa e investimentos em dólar para manter a operações offshore, bem como para pagamento de cachês a artistas internacionais. Com isso, quando há valorização do real frente ao dólar, nosso balanço é negativamente afetado.
- (iii) Variação Hiperinflacionária de R\$ 3,9 milhões negativo pela inflação de 21,7% no período. Este efeito não tem impacto no caixa da Companhia e possui contrapartida no grupo de Patrimônio Líquido.

Lucro Líquido (Prejuízo)

Lucro Líquido (Prejuízo) (R\$ mm)	1T22	1T23	Var. % (1T23/1T22)
Resultado Antes de Impostos	6,9	16,0	132%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(0,1)	(1,8)	n.a.
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	(0,1)	(0,2)	-44%
Lucro Líquido (Prejuízo)	6,6	13,9	110%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>3,7%</i>	<i>5,7%</i>	<i>2,0 p.p.</i>
(-) Condenações e provisões de contingência	2,8	1,4	-51%
Lucro Líquido (Prejuízo) (excl. efeitos não-recorrentes)	9,5	15,3	62%
<i>Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes)⁽¹⁾</i>	<i>5,3%</i>	<i>6,3%</i>	<i>1,0 p.p.</i>

No 1T23, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 13,9 milhões, 110% maior que os valores contabilizados no 1T22, com lucro líquido de R\$ 6,6 milhões. Excluindo os efeitos não recorrentes do trimestre, contabilizamos lucro líquido de R\$ 15,3 milhões, contra R\$ 9,5 milhões negativos no mesmo período de 2022.

O detalhamento das exclusões por período está representado na tabela acima, majoritariamente por resultados de decisões judiciais, acordos ou provisões para contingência;

Capital de Giro

Caqital de Giro (R\$ mm)	1T22	4T22	1T23	Var. % (1T23/1T22)	Var. % (1T23/4T22)
Ativo Circulante	176,1	133,6	277,0	57%	107%
Contas a Receber	94,0	76,1	193,5	106%	154%
Estoques	8,0	1,7	9,1	14%	431%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	37,2	24,2	23,8	-36%	-2%
Imposto a Recuperar	27,0	31,2	49,5	83%	58,4%
Outras contas a receber	9,9	0,4	1,1	-89%	191%
Passivo Circulante	235,9	233,3	334,6	42%	43%
Fornecedores	151,1	61,1	271,1	79%	344%
Adiantamento de Clientes	69,4	154,5	35,2	-49%	-77%
Salários, provisões e contribuições sociais	1,6	6,4	7,6	386%	19%
Impostos e contribuições a recolher	12,2	10,1	19,3	58%	92%
Outras obrigações	1,6	1,3	1,5	-7%	17%
Caqital de Giro	(59,9)	(99,7)	(57,6)	4%	42%

O capital de giro no 1T23 ficou negativo em R\$57,6 milhões *versus* R\$ 99,7 milhões também negativos no 4T22, e R\$ 59,9 milhões negativos do 1T22.

No comparativo entre 1T23 e 4T22, isto deve-se a: (i) diminuição do valor de adiantamentos de clientes, dado que as receitas dos conteúdos são registradas nesta conta no momento da venda e reconhecidas no resultado apenas na realização dos eventos; (ii) incremento dos Fornecedores em função dos custos contratados para os eventos realizados no início de 2023, bem como valores de terceiros transacionados nas plataformas de tickets.

No nosso modelo de negócios, o capital de giro em patamar negativo é inerente, uma vez que vendemos ingressos antecipadamente, bem como recebemos antecipadamente alguns patrocínios (registrados em Adiantamentos de Clientes), ao passo que a maior parte dos pagamentos a fornecedores relacionados aos conteúdos que promovemos são registrados na rubrica de Custos Antecipados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1T22	4T22	1T23	Var. % (1T23/1T22)	Var. % (1T23/4T22)
Saldo de Caixa + aplicações (BoP) ⁽²⁾	229,1	232,6	185,4	-19%	-20%
Fluxo de Caixa Operacional	(30,4)	(28,8)	(13,7)	55%	52%
Fluxo de Caixa de Investimento	(0,7)	(0,5)	(1,3)	-90%	-172%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(1,3)	(29,0)	2,0	257%	107%
Var. Cambial sobre Investimentos e Caixa no Exterior	(3,7)	11,1	6,1	267%	-45%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	(36,0)	(47,2)	(6,9)	81%	85%
Saldo de Caixa + aplicações (EoP)	193,1	185,4	178,5	-8%	-4%
Empréstimos e Financiamentos - CP	46,1	42,0	45,3	-2%	8%
Passivo de Arrendamento - CP	6,0	6,3	6,3	5%	-1%
Empréstimos e Financiamentos - LP	80,0	40,0	40,0	-50%	0%
Passivo de Arrendamento - LP	5,7	3,5	2,6	-55%	-26%
Endividamento Total	137,8	91,8	94,2	-32%	3%
Caixa (Dívida) Líquido	55,3	93,6	84,3	53%	-10%

(2) No 4T21, foram adicionados os valores de Caixa de R\$ 6,6 milhões em Caixa Restrito referentes ao patrocínio recebido dentro da Lei de Incentivo à Cultura para o espetáculo "A Família Addams", e de R\$ 5,1 milhões referentes a Aplicações Financeiras ao Caixa Bruto, incluindo suas movimentações ao Fluxo de Caixa Operacional e ao Fluxo de Caixa de Investimentos, respectivamente. Os valores de Aplicações Financeiras foram atualizados no 1T22 e 4T22, bem como os valores de Caixa de Restrito, finalizados durante o 4T22.

Encerramos o primeiro trimestre de 2023 com R\$ 178,5 milhões em caixa, versus R\$ 185,4 milhões no 4T22 e R\$ 193,1 milhões no 1T22. Os principais efeitos no Fluxo de Caixa foram:

- **Fluxo de Caixa Operacional:** Consumimos R\$ 13,7 milhões, contra consumo de R\$ 47,2 milhões no 4T22 e de R\$ 36,0 milhões no 1T22, principalmente pelo pagamento da coparticipação nos resultados do Lollapalooza 2022;
- **Fluxo de Caixa de Investimentos:** O Fluxo de Caixa de Investimentos negativo em R\$ 1,3 milhão deve-se a: (i) investimentos em software de gestão e desenvolvimento da ticketeira INTI no valor de R\$ 600 mil, em linha com os trimestres anteriores, e (ii) R\$ 700 mil referentes a reformas no Teatro Opera Orbis Seguros, em Buenos Aires.
- **Fluxo de Caixa de Financiamento:** A geração de caixa nessa linha de R\$ 2,0 milhões em comparação ao 4T22 se deve majoritariamente a um maior volume de Receitas Financeiras.
- Por fim, registrou-se **variação cambial** positiva de R\$ 6,1 milhões no primeiro trimestre de 2023, devido à compensação do efeito não caixa pela valorização do real frente ao peso argentino e ao dólar sobre disponibilidades e ativos em moeda estrangeira.

Com isso, encerramos o 1T23 com endividamento total de R\$ 94,2 milhões e Caixa Líquido de R\$ 84,3 milhões. Mantemos nossa estrutura de caixa e dívida confortável para avançarmos em nossas amortizações das debêntures, bem como continuar a financiar plenamente os conteúdos da Companhia.

Pipeline de Eventos

Realizaremos no mês de junho a segunda edição do Festival Turá, evento que celebra a música brasileira. Ocorrerá entre os dias 24 e 25 de junho no palco externo do Auditório do Ibirapuera e destacamos como atrações Jorge Ben Jor, Zeca Pagodinho, Gilberto Gil e Família, Joelma, Pitty e Maria Rita.

Ainda com relação ao segmento de música ao vivo, abrimos vendas para o show da cantora italiana Laura Pausini, que ocorrerá em março de 2024. Mesmo com a antecedência para o evento, tivemos grande procura pelos ingressos. Promovemos também no mês de abril o show único da cantora francesa ZAZ, outro sucesso de público.

No segmento de Família e Teatro, finalizamos neste último final de semana o musical Anastasia, em cartaz desde novembro de 2022 no Teatro Renault. Além disso, já estamos focados no próximo espetáculo, que será divulgado nos próximos dias. Seguimos produzindo experiências imersivas, depois do Parque do Terror da Warner Bros., com a abertura de vendas para o Avengers S.T.A.T.I.O.N, experiência que mostra o conhecimento e ciência de ponta que inspiram da Marvel Studios e leva o público ao universo de Os Vingadores.

Além dos conteúdos citados acima para o ano de 2023, seguimos empenhados em trazer novos conteúdos para o nosso público, em todos os segmentos que atuamos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Fernando Luiz Alterio, Diretor Presidente, e Diego Marcelo Parente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores declaram que são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos necessários para permitir a elaboração dessas informações contábeis intermediárias livres de distorções relevantes.

Declaram ainda que revisaram o conjunto das informações contábeis intermediárias e seu conteúdo é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 10 de maio de 2023.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes

Fernando Luiz Alterio, Diretor Presidente, e Diego Marcelo Parente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, declaram que têm conhecimento sobre o relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão de acordo com a íntegra do mesmo.

São Paulo, 10 de maio de 2023.